



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 85

15/07/2015

1. Renegociação de dívidas rurais.

A bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados reuniu-se, em 11 de junho, com o presidente do Banco do Nordeste (BNB), representantes do Ministério da Integração Nacional (MI) e o representante da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a fim de discutir medidas importantes para a Região. Debateu-se pontos como a renegociação da dívida rural, a transposição do Rio São Francisco, a ampliação do programa Luz Para Todos, as pendências dos débitos com o Banco do Nordeste, a conclusão da Transnordestina e as pendências das debêntures da Sudene.

Segundo avaliação dos parlamentares, devido a mais um ano de previsão de seca e o prolongamento da situação de calamidade, são imprescindíveis medidas como o reescalonamento de pagamentos antigos, a renegociação das dívidas e a regulamentação do Governo Federal para viabilizar a liquidação dos débitos. Ainda de acordo com os parlamentares, a dívida rural transformou o pequeno produtor em grande devedor. “Quem contraiu um empréstimo para comprar um trator agora tem que pagar o equivalente a cinco tratores e é claro que assim não vai pagar nunca, porque eles são pequenos”, afirmou o coordenador da bancada do Rio Grande do Norte. Os parlamentares defenderam o foco em formas de negociar a dívida, construindo uma solução por meio do diálogo entre o Congresso Nacional, os governos Federal e estaduais; as instituições financeiras e os produtores rurais.

Durante a reunião o coordenador da bancada divulgou a formação de um grupo de trabalho para discutir um normativo único para a renegociação e regulamentação das dívidas rurais do Nordeste. “A ideia é revogar todos os normativos que existem hoje e passar a existir apenas um, que nós, antes de apresentarmos a esta Casa, vamos levar ao conhecimento dos ministros da área econômica”, afirmou o coordenador. O grupo de trabalho será formado por membros da bancada e representantes do BNB, MI e da PGFN. “Vamos elaborar uma minuta de uma normativa ou medida provisória ou projeto de lei que seja possível de executar, negociar e pagar. Queremos preservar os direitos adquiridos nos normativos então existentes e readequar os debates em função dos valores que já estão na DAU – Dívida Ativas da União – e incluir todas as fontes de recurso e não somente o FNE”, disse. O coordenador da bancada defendeu a implantação de um bônus de adimplência de acordo com o porte do produtor. E destacou que incluirá, na pauta, o projeto que cria a Zona Franca do Semiárido do Nordeste e uma agenda a reestruturação e fortalecimento de órgãos do Nordeste, como BNB, Sudene entre outros.

2. Produção agrícola e a seca.

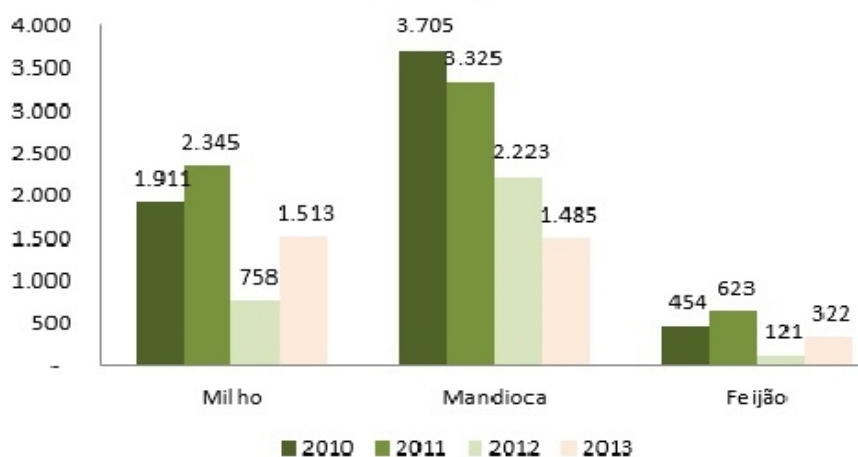
Boa parte da região semiárida se encontra, ainda, no período de estiagem, que iniciou em 2012 e se prolonga até os dias atuais. Conforme será demonstrado abaixo, os prejuízos sobre a produção agropecuária tiveram seu pico em 2012. A produção de milho nos municípios do Semiárido nordestino (excluindo os municípios do norte de Minas Gerais) caiu 68% entre 2011 e 2012 (ver Gráfico 1). A quantidade produzida de mandioca recuou 33,14% e a do feijão 81%.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Em 2013, último ano com dados disponíveis por município e por sub-região do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os cultivos de milho e de feijão no Semiárido já demonstravam, alguma retomada, porém não a níveis de 2011 (ano anterior à estiagem).

Gráfico 1 – Quantidade produzida de milho, mandioca, e feijão, no Semiárido do Nordeste, entre 2010 e 2013 (em 1.000 toneladas)



Fonte: IBGE, PAM

Os municípios do Semiárido respondem por uma grande parcela da produção de milho, mandioca e feijão do Nordeste. Em 2011, último ano em que a safra não foi afetada pela atual seca, a sub-região do semiárido produzia 47% do milho, 42% da mandioca e 76% do feijão obtido no Nordeste. Com os efeitos da estiagem, essas participações se retraíram, em 2012, para 20%, 37% e 48%, respectivamente, e se recuperaram parcialmente em 2013, ainda que não estejam disponíveis os dados por município, que possibilitariam agregar os resultados por sub-região para os anos mais recentes. É necessário aguardar a publicação de dados mais atualizados para avaliar a situação real da produção agrícola no Semiárido, segundo o Jornal da Cidade.

As projeções de safra do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, mostram que as três culturas simbólicas do Semiárido nordestino apresentaram recuperações, na Região, em 2014 e 2015 (ver Gráfico 2). As safras de 2015 deverão alcançar, no caso do milho e feijão, respectivamente, produções 46,1% e 8,1% superiores às de 2011, já a mandioca possui uma produção inferior ao ano de 2011, porém crescente.

Conforme pode ser observado nos gráficos abaixo, as perdas de produção foram elevadas nos municípios integrantes do Semiárido e menos intensas e mais curtas nos estados situados nos extremos do Nordeste. Esse fato se deu por o estado do Maranhão não possuir nenhum município integrante da sub-região do Semiárido e foi relativamente pouco atingido pela estiagem. Além disso, a Bahia e o Piauí foram fortemente impactados pela estiagem nas porções dos seus territórios que fazem parte do Semiárido, mas as safras estaduais não caíram tanto porque as áreas de Cerrados – o sul do Piauí e o oeste da Bahia – são grandes produtoras agrícolas e não foram atingidas.



Gráfico 2 – Quantidade de milho, mandioca, e feijão no Nordeste, entre 2010 e 2015 (em 1000 toneladas)

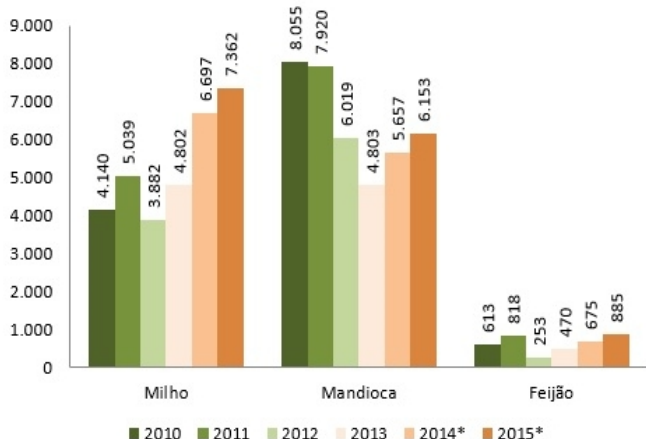
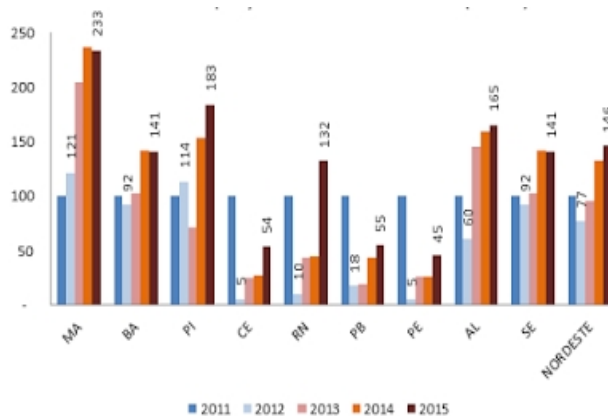


Gráfico 3 – Índice de produção de milho nos estados nordestinos (ano 2011 = 100)



Fonte: IBGE. Pam e LSPA (*2014 e *2015, edição de maio de 2015)

Gráfico 4 – Índice de produção de feijão nos estados nordestinos (ano 2011 = 100)

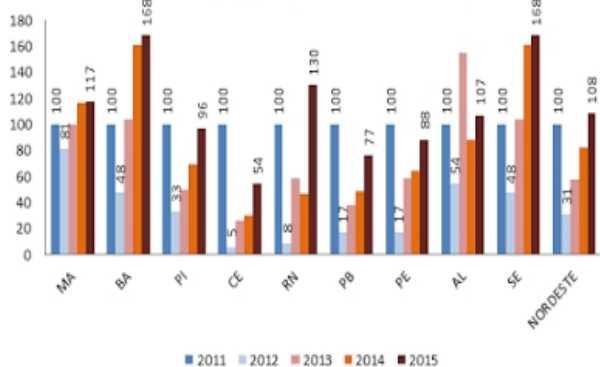
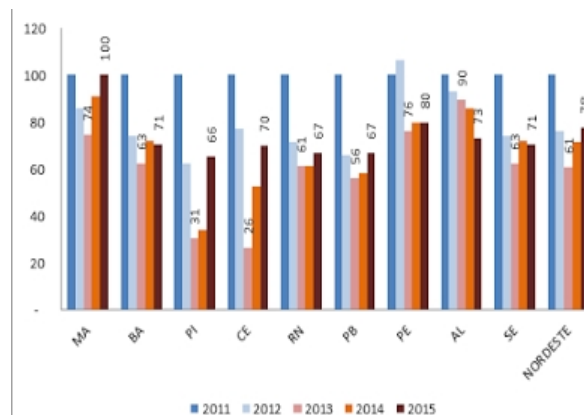


Gráfico 5 – Índice de produção mandioca nos estados nordestinos (ano 2011 = 100)



Fonte: IBGE. Pam e LSPA (*2014 e *2015, edição de maio de 2015)

Nas áreas semiáridas do Ceará e Pernambuco as quebras da produção, no primeiro ano de estiagem, chegaram a 95%, já no Rio Grande do Norte esse percentual chegou em torno de 92% para as culturas de feijão e milho. Segundo o que pode ser observado nos gráficos, o impacto da seca foi mais agudo e mais duradouro nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. No caso de Sergipe, o início da estiagem teve forte impacto na produção, mas o seu período mais agudo foi relativamente mais curto, o que resultou em uma recuperação expressiva de milho e feijão, conforme apresentado nos gráficos 3, 4 e 5. Já Alagoas apresenta uma produção oscilante para o feijão, não mantendo um padrão de perda ou ganho lineares de um ano para outro, tendo em vista que a cultura teve perdas no início da estiagem, uma grande recuperação em 2013 e queda na produção nos anos seguintes. No Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, a produção de milho permaneceu baixa até



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

2015, enquanto que em Sergipe e Alagoas o cultivo apresentou expressiva retomada de crescimento a partir de 2013.

Com relação à mandioca, somente em Pernambuco a produção resistiu em 2012. Alagoas é o Estado que apresenta menores perdas em comparação com os outros estados do Semiárido. Em 2013, a produção do semiárido sergipano e baiano era 37% menor do que em 2011, enquanto no semiárido piauiense caíra 69% e no semiárido potiguar, 39%.

Após análise das informações disponíveis, é possível inferir que em uma parcela muito ampla do Semiárido, entre Ceará e Pernambuco, as principais culturas agrícolas permanecem com níveis de produção bem mais baixos. Nos demais estados que possuem municípios que integram o Semiárido (Piauí, Bahia, Sergipe e Alagoas, há ainda áreas em que os efeitos da seca são expressivos.

3. Codevasf investe em tecnologia para a mandioca

A cultura da mandioca é uma tradicional atividade econômica em pequenas propriedades familiares no Nordeste. A produção dessa cultura tem sido revitalizada, por meio de ações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), via projeto Reniva, o qual se configura como uma rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária para os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Uma das vertentes do projeto Reniva é promover a propagação de materiais comprovadamente livres de vírus e de outras doenças, como a bacteriose, a podridão radicular e o super alongamento, por meio das técnicas de micropropagação e multiplicação rápida. Isso é feito em conjunto com grupos produtores organizados, a fim de evitar que esses patógenos promovam perdas significativas de produção e de acúmulo de amido.

O projeto – informa a Codevasf – integra as ações do Plano Brasil sem Miséria, do Governo Federal, e almeja revitalizar a cultura da mandioca na região, com a introdução de novas variedades de alta qualidade e pureza. Em Alagoas, já na primeira colheita dos maniveiros, serão beneficiadas aproximadamente 400 famílias de agricultores.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que é parceira da Codevasf na execução do projeto Reniva, realizou a identificação e seleção das manivas-sementes para indexação. São manivas de variedades de mandioca adaptadas ao Semiárido. Com esse trabalho, foram selecionadas duas variedades da chamada mandioca braba – própria para produção de farinha – a caravela e a campina, e uma variedade da mandioca doce ou de mesa – a rosinha.

Para participar do projeto, as famílias devem estar enquadradas e cadastradas no perfil de atendimento nas ações de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) do Governo Federal, que se destina a famílias em situação de extrema pobreza e com renda per capita familiar mensal de até R\$ 77,00. Caso a família não seja cadastrada no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e se enquadrar no perfil do PBSM, ela deverá procurar a Secretaria de Ação Social do município e solicitar o seu cadastramento.